

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS PELAS MERENDEIRAS PARA EXECUÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM UM MUNICÍPIO DO NORDESTE PARAENSE

Jucilene Magalhães Alves Sousa¹; Rosa Maria Dias²; Marivalda do Nascimento Silva Souza³; Paula Valente Leão⁴; Ana Lúcia da Silva Rezende⁵

¹Graduando em Nutrição, Universidade Federal do Pará (UFPA);

²Doutorado, UFPA;

³Graduando, UFPA;

⁴Mestrado, UFPA;

⁵Mestrado, UFPA

jucilene_lie@hotmail.com

Introdução: O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem entre suas diretrizes a garantia de uma alimentação saudável e equilibrada a todos os alunos matriculados no sistema de ensino público, através de alimentos seguros, que respeitem a cultura e os hábitos alimentares locais, e o suprimento das necessidades nutricionais básicas, contribuindo assim com o crescimento e desenvolvimento dos escolares¹. Dentro desse cenário destacam-se as profissionais merendeiras que são manipuladores de alimentos que tem sob sua responsabilidade a realização de todas as atividades envolvidas com a produção de refeições servidas nas escolas públicas². Diante do exposto, e conhecendo a importância desses profissionais que tem a importante tarefa de manipular, preparar e distribuir a alimentação escolar aos alunos torna-se necessária a realização de estudos sobre a caracterização das ações desses manipuladores de alimentos. **Objetivos:** Caracterizar as ações realizadas pelas merendeiras para execução da alimentação escolar de escolas públicas da zona rural e urbana do município de Igarapé-Miri no estado do Pará. **Métodos:** Estudo descritivo com abordagem quantitativa, realizado com merendeiras que trabalhavam em escolas públicas da zona rural e urbana do município de Igarapé-Miri, no Estado do Pará. Este estudo faz parte de uma pesquisa intitulada “CECANE/UFPA: Promoção da Inclusão de Produtos Alimentares da Agricultura Familiar Local na Alimentação Escolar na Região Nordeste Paraense”, realizada pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Pará (CECANE/UFPA). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Pará do Instituto de Ciências da Saúde sob o parecer nº 1. 921.484 (o qual foi submetido à Plataforma Brasil, sob o número CAAE 55212315.7.0000.0018). A participação no estudo foi voluntária, sendo garantido a todos os participantes o direito de desligamento da pesquisa a qualquer momento. Os dados foram coletados por meio de questionário semiestruturado composto por 45 questões objetivas e subjetivas. Para a sistematização dos resultados foram criadas planilhas utilizando o Programa Microsoft Excel versão 2007 e para os dados estatísticos foi utilizado o programa Epi Info, versão 7.1.5 e Bio Estat, versão 5.0. Os resultados foram apresentados por frequência simples e analisados pelo Teste G de Aderência. O nível de significância adotado foi $p \leq 0,05$. **Resultados e Discussão:** Participaram da pesquisa 35 merendeiras que atuavam na alimentação escolar de escolas públicas do município de Igarapé-Miri. A análise das ações realizadas pelas merendeiras para a execução da alimentação escolar mostra que de forma significativa 94,3% dos profissionais responderam que não trabalham com Ficha Técnica de Preparação-FTP, que os alimentos são recebidos na escola pela Diretora (65,7%), e que não contemplam o planejamento do cardápio (77,1%), com valor de $p < 0,0018$, daí que 65,7% dos cardápios são modificados. A FTP é um instrumento que deve ser utilizado em todos os ambientes que produzem refeições coletivas, principalmente pelo fato de ser uma

ferramenta que objetiva assegurar a qualidade das preparações, além de, contribuir com a padronização das receitas³. A ausência da utilização de FTP pode ser umas das justificativas relacionadas à prevalência do alto índice de modificação nos cardápios, juntamente com a falha na entrega dos alimentos, relatados pelas merendeiras desse estudo. Observa-se ainda que 88,6% não participam do teste de aceitabilidade para introdução de novos alimentos no cardápio ($p < 0,0001$), assim como não elaboram e nem distribuem refeição para os alunos segundo a faixa etária e as necessidades nutricionais especiais (94,3%). No que diz respeito às dificuldades encontradas pelas merendeiras para executar o cardápio da alimentação escolar, o estudo demonstrou que houve prevalência de forma significativa ($p < 0,0005$) entre os entrevistados que descreveram não encontrar dificuldades no manuseio dos alimentos para execução da alimentação escolar, nem na utilização dos utensílios e equipamentos com porcentagens de 80,0% e 80,0%, respectivamente. Em contrapartida, a maioria dos manipuladores (54,3%) encontravam dificuldades referentes à infraestrutura do local destinado a preparação da alimentação escolar. Esses resultados estão de acordo com pesquisa que concluiu a partir das falas das merendeiras entrevistadas, que os espaços destinados às cozinhas das escolas são impróprios no que diz respeito ao tamanho, caracterizando a deficiência da infraestrutura do espaço físico como uma dificuldade⁴. Essas questões estruturais estão diretamente relacionadas com o alcance dos objetivos do PNAE, pois a deficiência na estrutura, juntamente a outras questões como, por exemplo, a falha na entrega dos gêneros alimentícios de acordo com o planejamento dos cardápios, compromete a qualidade do serviço como um todo. **Conclusão:** O estudo mostrou que a maioria dos profissionais que atuam na manipulação da alimentação escolar de escolas públicas do município de Igarapé-Miri/PA não trabalham com FTP para elaboração das refeições, realizam modificações nos cardápios elaborados pela nutricionista do município, não participam do teste de aceitabilidade para introdução de novos alimentos no cardápio, assim como não elaboram e nem distribuem refeição para os alunos segundo a faixa etária e as necessidades nutricionais especiais.

Descritores: Merendeiras, Alimentação escolar, Cardápios.

Referências:

1. Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009 jun [acesso em: 2016 Set 23]. Disponível em: .
2. Tanajura IMPC, Freitas MCS. O relevante trabalho das merendeiras escolares de escolas públicas de Salvador, Bahia. Revista Baiana de Saúde Pública. 2012. [acesso em: 2017 Set 02]; 36(4): [aproximadamente 16 p.]. Disponível em: .
3. Tomim GC, Silva AF. O trabalho das merendeiras em escolas públicas do oeste do Paraná: alimentação, nutrição e saúde no espaço escolar. Trabalho & Educação- ISSN 1516-9537. 2016. [acesso em: 2017 Jul 08]; 25(3): [aproximadamente 15 p.]. Disponível em: .
4. Silva SMCS, Martinez S. Cardápios – Guia Prático para a Elaboração. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2008.